

## EDITORIAL DA APROPUC-SP

# EM DEFESA DOS PROFESSORES DA PUC-SP: PELA ISONOMIA DOS CRITÉRIOS DO PLANO DE CARREIRA, PELA INTEGRALIDADE DE TODOS DIREITOS NO ENCERRAMENTO DA CARREIRA DOCENTE

A APROPUC-SP se dirige ao corpo docente desta Universidade para, mais uma vez, explicitar a posição que a Associação tem assumido frente ao processo de ingresso e promoção na carreira, bem como do seu encerramento, pauta esta que foi apresentada pela Reitoria ao Conselho Universitário em 28/04/2018.

A diretoria da APROPUC-SP, em suas diferentes gestões, e mantendo um posicionamento claro, em consonância com a plataforma pela qual foi eleita, tem se dirigido às diferentes direções da Universidade no sentido de estabelecer que a instituição promova uma política permanente de acesso e promoção na carreira docente.

### O INJUSTO REPRESAMENTO DESDE 2006

É importante lembrar que, desde 2006, a Universidade mantém o represamento dos professores, sem acesso ou promoção na carreira, o que ocasiona distorções com a exigência do desenvolvimento de atividades precípuas à carreira sem nela estarem inseridos. Nessa direção, a APROPUC-SP sempre se manifestou em defesa do acesso e promoção na carreira com critérios amplamente debatidos desde as unidades de ensino, passando por todas as instâncias acadêmicas da Universidade, para posterior deliberação, conforme o Regimento Interno

### O DESCASO DA APRESENTAÇÃO DESTA PROPOSTA EM UM 'POWERPOINT' DIRETAMENTE AO CONSUN

Causou espanto aos professores a apresentação em PowerPoint de uma proposta de acesso, promoção e encerramento da carreira docente que deveria ter sido discutida nas instâncias competentes com apresentação de um projeto substantivo, adequado à magnitude das matérias em tela.

### CRITÉRIOS DISCUTÍVEIS, NÃO DISCUTIDOS, EXCLUDENTES, TENDENCIOSOS E INJUSTOS

Em relação ao acesso e promoção na carreira, os critérios apresentados e aprovados pelo Conselho Universitário excluem grande parte de professores e departamentos, e, portanto, não contemplam valores democráticos e critérios universais tão caros à trajetória da PUC-SP.

### POR UMA RETOMADA DA DISCUSSÃO PARA SANAR AS FALGANTES INSUFICIÊNCIAS DA PROPOSTA DA REITORIA PARA QUE

### O DESREPRESAMENTO SE DÊ DE FORMA JUSTA E CONSEQUENTE

Nesse sentido, a diretoria da APROPUC-SP apresentou um

recurso administrativo ao Conselho Universitário, em 25/04/2018 para reavaliar a aprovação do acesso e promoção da carreira mediante critérios universais debatidos nas instâncias devidas com o fim de se estabelecer uma política que contemple critérios que levem em conta a diversidade das unidades acadêmicas sem incorrer em critérios excludentes e assimétricos. A APROPUC-SP reafirma sua luta por uma condição digna para o desenvolvimento e promoção docente na sua carreira. Reafirmamos que lutamos e continuaremos na luta incessante por uma política igualitária de acesso e promoção na carreira, que contemple o conjunto das unidades acadêmicas, todas elas fundamentais para a composição de uma instituição que possa ser configurada como Universidade.

### ATENÇÃO PROFESSOR!

Não só o ingresso e promoção, mas as condições indignas de encerramento da carreira. Faça parte desta luta.

Em relação ao chamado encerramento da carreira docente, esperamos que os debates nas unidades de ensino, Conselhos de Faculdade e CONSUN caminhem de modo a não vilipendiar os direitos trabalhistas historicamente conquistados, garantir as verbas rescisórias em sua integralidade, respeitando o contrato de trabalho ao longo da trajetória do docente na Universidade, propor um plano de complementação ao sistema de aposentadoria (INSS) de forma a valorizar e respeitar a condição humana dos atuais e futuros docentes, garantir a manutenção plena dos planos de saúde dos professores extensivos a seus dependentes legais.

### Professor!

**Participe das reuniões abertas da APROPUC!!!  
Venha informar-se, refletir, decidir a respeito dos rumos da nossa luta**

Professoras e professores, participem amplamente de todos os fóruns de discussão, sejam eles Departamentos, Faculdades, Conselhos e participem das reuniões abertas realizadas na APROPUC-SP às terças-feiras, das 17:30 às 18:30 horas.

Diretoria da APROPUC-SP

**LULA LIVRE!**

**FORA TEMER! ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !**

**CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!**

**CONTRA A REFORMA TRABALHISTA!**

**PREPARAR A GREVE GERAL!**

**FORA A INTERVENÇÃO NO RIO DE JANEIRO**

**FUNCIONÁRIO**  
**Fortaleça sua entidade!**

**Associe-se  
à AFAPUC**

# Consun adia decisão sobre encerramento de carreira docente

Na reunião ordinária do Conselho Universitário de abril, professores, funcionários e estudantes decidiram prorrogar para o final de junho a decisão sobre o encerramento da carreira docente. Ficou acertado que as Direções de Faculdades deverão construir uma proposta comum para atender às reivindicações de suas unidades. Os diretores de faculdade deverão promover discussões em suas unidades para formalizar novas propostas que serão discutidas e possivelmente aprovadas no último Consun do semestre.

A decisão foi tomada após os conselheiros, de forma unânime, reconhecerem que a proposta deveria ser discutida com maior profundidade pelos professores e melhorada em diversos aspectos.

A APROPUC, através de seu diretor João Batista Teixeira da Silva, leu um documento em que elencava vários pontos discutidos entre os professores. Entre eles estavam a necessidade de formalização por escrito de uma proposta, o aprofundamento da discussão, a manutenção dos direitos docentes e de um plano de saúde extensivo aos dependentes de professores, a necessidade de um plano de complementação de aposentado-

ria por parte da universidade. O documento foi fruto das diversas discussões que a APROPUC realizou com os docentes ao longo das últimas semanas (veja íntegra do documento na página ao lado).

## QUESTIONAMENTOS

Algumas faculdades como a Educação, Fea, Ciências Sociais e Matemática deixaram claro a sua contrariedade com o prazo exíguo de discussão e vários pontos pouco elucidados na proposta. A Faculdade de Educação, representada por sua diretora Madalena Peixoto, apresentou uma série de questionamentos que foram respondidos pela reitora. À dúvida sobre a adesão, a reitora respondeu que o plano é voluntário, em comum acordo com o Departamento, só aceita quem quiser (porém, a reitora insistiu na necessidade de alteração regimental de modo a incluir esta questão). Madalena levantou uma dúvida sobre a efetivação de uma pesquisa jurídica sobre a proposta ao que a reitora respondeu afirmativamente. Quanto à multa de 40% que deve ser paga a todos os docentes que são demitidos, a professora Madalena levantou a possibilidade de uma negociação,

brecha que até a Reforma Trabalhista prevê.

A professora Amália cita também o número de 300 professores que dentro em breve incorporarão a legião daqueles que têm mais de 75 anos e que, se todos os professores receberem os 40% isto criará um passivo de dezenas de milhões de reais por ano que seria impagável. Porém a rescisão contratual é um direito do docente e que deve ser respeitado se se quer manter um mínimo de dignidade na saída do docente da universidade. Ainda assim a reitora argumentou que o pagamento de um valor determinado desta multa pode ser conversado com a Fundasp.

Já a Faculdade de Economia, representada pelo seu diretor, professor Antonio Lacerda, argumentou que o atual plano não representa avanço ao que existe atualmente. Os professores da FEA criticaram a forma como será pago o Convênio Médico, excluindo-se dependentes e pagando-se somente o valor em dinheiro ao docente e não o plano em si. Lacerda afirmou que seria mais conveniente que a Reitoria apresentasse um Plano de Demissão Voluntária (PDV) e que a universidade contemplasse o pagamento de um plano de Previdência que deveria ser es-

tipulado já no Acordo Interno. A Reitora afirmou que o Acordo Interno é discutido entre as associações e a Fundasp diretamente. Nesse item a reitora parece esquecer que a APROPUC e a AFAPUC por várias vezes ao longo de suas trajetórias tentaram a aprovação de um plano de previdência complementar, mas as discussões eram sempre proteladas.

Ao final o professor Lacerda lembrou a diferença entre o caixa atual e o conceito de caixa futuro, ou seja, quando se indeniza hoje um professor com alto salário a universidade terá de arcar com um ônus considerável. Mas este ônus poderá ser recuperado mais à frente quando este professor não fizer mais parte da folha de pagamento.

A professora Mariza Romero, diretora da Faculdade de Ciências Sociais, também encaminhou pelo adiamento da decisão, pois a proposta merece um amadurecimento. Da mesma forma ocorreu o encaminhamento da Faculdade de Ciências Matemáticas e Tecnologia que levantou questionamentos ao adendo a ser colocado no Regimento.

Mesmo as faculdades

continua na próxima página

continuação da página anterior

de Teologia, Ciências Humanas e da Saúde e Ciências Médicas e da Saúde, que tinham pontos convergentes com a proposta que encaminharam para a prorrogação do prazo de discussão.

## FUNCIONÁRIOS

O conselheiro Nalcir Antonio Ferreira Jr. também se colocou pelo adiamento da discussão e acrescentou que a Fundação São Paulo deveria entrar na discussão, uma vez que dela dependeriam as principais decisões. Nalcir lamentou também que as discussões atuais do Acordo Interno tenham sido feitas exclusivamente entre as associações e a Fundasp, pois a Reitoria deveria também estar presente. Respondendo à crítica do conselheiro, a professora Maria Amália afirmou que as decisões que ora estão sendo tomadas sobre "aposentadoria" são fundamentalmente acadêmicas devendo ser inicialmente tratadas somente no âmbito dos professores. Já quanto aos funcionários a reitoria afirmou que tão logo comecem a vigorar as normas para os docentes elas atingirão também os funcionários.

No próximo Consun deverão ser informadas as propostas encaminhadas à Reitoria, sem, porém encaminhar-se para a votação final.

O Consun também aprovou a mudança do projeto pedagógico do curso de Medicina e o quadro de vagas para o vestibular de verão, que deverá ocorrer no dia 10/6. As 465 vagas seguirão fundamentalmente as propostas de cada unidade aprovadas pelo Conselho de Ensino e Pesquisa.

# Comunicado da APROPUC ao Conselho Universitário

A Diretoria da APROPUC, em nome de seus representados, considerando a importância de discussão na Universidade de um projeto para encerramento da carreira dos docentes, vem solicitar o adiamento da decisão referente à proposta apresentada pela Reitoria, em Power Point, para o encerramento da carreira na PUC-SP, expressando as seguintes razões:

- ✓ A necessidade de uma proposta escrita, que possa ser encaminhada a todas as unidades acadêmicas a fim de permitir ampla e aberta discussão por todos os professores.

- ✓ A necessidade de aprofundar esta discussão por meio de um processo amplo e democrático de debates dentro da tradição de vanguarda desta Universidade.

- ✓ A necessidade de

resguardar os atuais direitos dos professores, sem a retirada de nenhum direito.

- ✓ A necessidade urgente de preservação dos mesmos direitos, reconhecidamente ameaçados no país, de maneira a dar condições dignas aos professores, com reconhecimento por toda contribuição de suas vidas e que engrandecem esta Universidade.

- ✓ A necessidade de ações concretas por parte dos dirigentes da PUC-SP e de sua mantenedora, de complementar o atual sistema de aposentadoria (INSS), de forma a valorizar e respeitar a condição humana dos atuais e futuros docentes.

- ✓ A garantia de manutenção plena dos planos de saúde dos professores, extensiva a seus dependentes legais.

- ✓ Nenhuma quebra de direitos e contratos traba-

listas, com garantia de pagamento de todas as verbas rescisórias a que têm direito os professores que saírem da universidade ou vierem a falecer, sem redução dos valores de carga horária de trabalho de que gozavam para finalidade de rescisão.

Nesse sentido, a APROPUC solicita uma proposta que contemple as sugestões mencionadas, bem como as de outras unidades da Universidade e seu corpo docente, e que se estabeleça um calendário para uma ampla discussão sobre tema essencial ao futuro dos professores desta Universidade.

Atenciosamente,

**Diretoria da APROPUC, representando o posicionamento dos professores presentes em várias reuniões na APROPUC.**

# 200 anos de Marx

## A RELEVÂNCIA DO LEGADO MARXIANO PARA A CONTEMPORANEIDADE

ANTÔNIO CARLOS MAZZEO (SERVIÇO SOCIAL)

O Materialismo histórico e dialético no pensamento de Marx

02/05

SALA

239

19H

JASON BORBA (FEA)

Marx e a previsão da revolução

BEATRIZ ABRAMIDES (SERVIÇO SOCIAL)

Marx e a perspectiva da emancipação humana

MARIA ANGÉLICA BORGES (FEA)

A ontologia do ser social presente n'O Capital de Karl Marx

PROMOÇÃO:

**APROPUC**  
Associação dos Professores da PUC-SP

# APROPUC envia recurso ao Consun contra deliberações sobre carreira docente

A APROPUC enviou ao Conselho Universitário um recurso, dentro do prazo recursal, requerendo a nulidade das deliberações de números 7/2018 e 8/2018, referentes ao ingresso e promoção na carreira docente. O recurso apresentado é amplamente documentado, através de citações ao estatuto e regimento da universidade.

A APROPUC reivindica a nulidade das deliberações, em primeiro lugar porque processo de aprovação das Deliberações n. 7 e 8/2018 não atendeu ao disposto no Estatuto e Regimento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Entre as razões alegadas estão:

O CONSUN não tomou por base "propostas elaboradas e encaminhadas pelo Reitor", mas um simples Power Point;

- não foi apresentado ao CONSUN qualquer "previsão orçamentária";

- a "política e o quadro de vagas para a carreira do magistério" não foi elaborada "a partir dos planos acadêmicos dos Departamentos"; não foram observados "critérios acadêmicos de avaliação do professor candidato ao ingresso e promoção na Carreira do Magistério";

- não foi apresentado um quadro/plano de despesas, não obstante o fato de que alguns docentes serão promovidos, o que importará em despesas, sujeitas, no caso, à aprovação prévia do CONSAD;

- não foram apresentados "planos acadêmicos dos Departamentos", com a inclusão de "um plano de qualificação docente para as categorias Assistente Mestre e Assistente Doutor e um plano de concursos para as

categorias de Associado e Titular";

- não foi observado o disposto no Estatuto que impõe apenas 2 (dois) critérios para a "o ingresso na carreira e a promoção" de "Assistente Mestre e Assistente Doutor", a saber, respeito ao "período probatório e o Processo de Avaliação Contínua";

- não foram ouvidos os Departamentos, aos quais competiam "fundamentar as necessidades dos cargos da carreira do magistério e as funções do Quadro Provisório nas projeções das suas respectivas políticas-acadêmica e científica, expressas por intermédio: I - das propostas e prioridades do seu próprio desenvolvimento; II - das necessidades do atendimento da demanda do ensino e da extensão; III - dos programas de pesquisa; IV - dos seus programas e projetos de capacitação e aperfeiçoamento docente.";

- não foi atendido ao disposto no Regimento que determina expressamente que "para composição do quadro de carreira do magistério das Faculdades" quando criadas vagas para os cargos de Professor Associado e Titular e definidos os números de Professores Assistente Mestre e Assistente Doutor, necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão de cada Departamento";

- não foi observado o Regimento, que determina que "Para a fixação dos Quadros de Pessoal Docente deverão constar dos planos acadêmicos dos Departamentos: I - A política acadêmica e científica do Departamento, traçada em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, o Projeto Pedagógico Institucional - Diretrizes para a Graduação - PPI, o Projeto Pedagógico Instituci-

onal - Diretrizes para a Pós-Graduação - PPI/PG/PUCSP, definidos e aprovados pelo CONSUN, e as demais normas e orientações técnicas fixadas pelos órgãos competentes; II - As projeções da política acadêmica e científica do Departamento, expressas por meio: a) das propostas e das prioridades de desenvolvimento do Departamento; b) das necessidades do atendimento das demandas do ensino e da extensão, de acordo com os Projetos Pedagógicos dos seus Cursos de Graduação, dos de acordo com os Projetos Pedagógicos dos seus Cursos de Graduação, dos Programas de Pós-Graduação e de outras Unidades; c) dos programas de pesquisa; d) dos programas e dos projetos de capacitação e de aperfeiçoamento docente, bem como de um plano de promoção, mediante concursos às vagas de Professor Associado e Titular, III - As áreas epistemológicas constitutivas do Departamento, com a vinculação das vagas e cargos da carreira do magistério; IV - As linhas de pesquisa das áreas epistemológicas constitutivas do Departamento, tendo em vista o seu desenvolvimento científico; a formação de grupos ou programas de pesquisa e a programação individual do professor interessado, respeitadas as linhas de pesquisa dos Programas de Estudos Pós-Graduados; V - As atividades de extensão, articuladas às linhas de pesquisa e às modalidades pedagógicas; VI - As propostas de criação de vagas, do número de Professores Assistente Mestre e Assistente Doutor e as necessidades de docentes em período probatório, em coerência com a política acadêmica e científica do Departamento";

- não foi apresentado Parecer

do CEPE, a quem cabe "a definição de normas e orientações técnicas para a elaboração dos Planos Acadêmicos que serão trienais e deverão contemplar projeções anuais".

Outrossim, foram indicados no capítulo "NULIDADE DO PROCESSO DE APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES N. 7 E 8/2018 DO CONSUN" deste Recurso os dispositivos estatutários e regimentais violados.

Dentre outras, apontam-se as seguintes irregularidades / vícios:

## **Ausência de transparência**

**no processo:** o processo para discussão das alterações foi viciado, uma vez que a Reitoria apresentou Power Point contendo indicações de alterações na forma de abertura de concurso e ingresso na carreira docente, represada desde 2005, no dia 28/03/2018, quarta-feira, véspera de feriado de Páscoa, sustentando-se que não houve tempo hábil para debate da comunidade de docentes; não houve apresentação de um Projeto escrito, mas tão-somente Power Point pouco inteligível;

## **Ausência de transparência e base legal na eleição de**

**critérios:** os critérios adotados pelas Deliberações não atendem à Lei ou normas internas.

A título de exemplo, a Deliberação CONSUN n. 8/2018 dispõe que o CONSAD examinará o parecer final encaminhado pelo CONSUN e "com base no quadro de vagas aprovado para o ano de 2018, nos critérios

continua na próxima página

continuação da página anterior

elencados na presente deliberação e nos critérios orçamentários, encaminhará a decisão final à DRJ para as providências necessárias à execução" (Deliberação CONSUN n. 8), sem que tenha sido apresentado previamente à comunidade docente o "quadro de vagas aprovada para o ano de 2018", bem como os "critérios orçamentários";

**Estudo ou Parecer/Debate na comunidade:** não foi apresentado qualquer Estudo ou Parecer Técnico que fundamente os critérios adotados pelas Deliberações CONSUN n. 7 e n. 8/2018, não houve ainda, amplo debate das propostas na comunidade docente;

**Ausência de critérios universais:** contrariando o princípio de a carreira universitária é uma, as Deliberações CONSUN 7 e 8/2018 apresentam critérios causísticos;

A título de exemplo, menciona-se aqui a Deliberação CONSUN n. 8/2018, quando faz referência aos Departamentos que "tem

menos de 10% de docentes na categoria de Professor Associado" e dispõe que será dada prioridade aos "Departamentos que atendem cursos com tendência de estabilidade ou crescimento, dando-lhes condições de renovação e ampliação do corpo docente". O critério de "cursos com tendência de estabilidade ou crescimento" não possui fundamento em nenhuma norma ou estudo, sendo desconhecido da comunidade docente;

**Limitação a TP-20:** as Deliberações CONSUN n. 7 e n. 8/2018 limitam a ascensão à carreira àqueles que nos últimos semestres tiveram TP-20; a Deliberação CONSUN n. 7 dispõe que será dada prioridade aos professores com TP-20 ou mais, o que prejudica os docentes que não preenchem esse requisito, por motivos alheios à sua vontade;

**Limite de 500 (quinhentas) horas:** o Power Point mencionava que seria imposta limitação de 500 (quinhentas) horas para um Departamento qualificar seus docentes, o que penalizaria Departamentos com poucos docentes, mas qualificados; as Deliberações CONSUN n. 7 e 8/

2018 não deixaram claro qual seria a alternativa para esses departamentos;

**Exigência de título de doutor:** a resolução do CONSUN não apontou qual a proposta para os docentes portadores de título de mestre;

**Enquadramento salarial diferenciado:** ao ingressar na carreira, professores doutores poderão ser enquadrados como assistente mestre ou assistente doutor, gerando condições desiguais e consequentemente salários desiguais;

**Ausência de Previsão de Receita e Despesa, bem como Balanços Sociais da FUN-DASP dos últimos anos:** não obstante as Deliberações fazerem referência à "disponibilidade orçamentária" da PUC de 2018 não foram apresentados Balanços Sociais da FUN-DASP, nem Previsão de Receita e Despesa para o ano de 2018;

**Direito adquirido:** As Deliberações n. 7/2018 e n. 8/2018 acarretaram alterações nas regras de acesso e promoção à carreira, criando e revogando normas, reduzindo vantagens e/ou benefícios anteriores, em afronta ao di-

reito adquirido.

As alterações de normas internas de uma empresa - caso das regras criadas pelas Deliberações n. 7/2018 e n. 8/2018 -, segundo entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho, somente seriam válidas para empregados contratados a partir de sua publicação;

**Prejuízo aos professores:** As Deliberações n. 7/2018 e n. 8/2018 violaram o art. 468 da CLT, na medida em que importaram em prejuízo (direto e/ou indireto) para esses empregados, o que é vedado pela Lei (observe-se que a Lei comina o ato de nulidade, ainda que o empregado concorde com o mesmo, desde que verificado o prejuízo).

A inconstitucionalidade e vícios das Deliberações acarretam a sua nulidade.

## CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, requer-se à esta Ilustre Reitoria, ou a quem de direito, que, recebido o presente apelo no efeito suspensivo, decrete a TOTAL NULIDADE das DELIBERAÇÕES CONSUN N. 7/2018 E N. 8/2018, como medida de Justiça.

# Entidade dos professores solicita documentação à reitoria

A APROPUC solicitou da Reitoria uma série de documentos com o intuito de esclarecer os docentes sobre as deliberações 7 e 8 do Consun.

Com base nos questionamentos levantados no documento anterior a APROPUC também solicita informações sobre:

- Indicação dos Departamentos que atendem

cursos com tendência a estabilidade ou crescimento",

- Indicação dos Departamentos que possuem mais de 30% nas categorias Assistente-Mestre e Assistente-Doutor; docentes contratados até o final de 2014;

- Indicação dos professores com TP-20 ou mais;

- Indicação dos Departamentos em que não há

professores Assistente-Mestre;

- Indicação dos nomes dos professores que estão com 75 (setenta e cinco) anos ou mais;

- Indicação dos professores que nos últimos 3 (três) anos tiveram reduzida sua carga horária, com indicação da idade desses;

- Informação do número de: (a) I - Professores Assistente-Mestre; II - Professores Assistente-Dou-

tor; III - Professores Associado; IV - Professores Titular; V- Professores Livres-docente; (b) Professores que trabalham em: I - dedicação exclusiva; II - tempo integral; III - tempo parcial, IV- professores contratados por prazo determinado.

A ítegra dos documentos apresentados nesta edição pode ser encontrada no endereço eletrônico [www.apropuc.org.br](http://www.apropuc.org.br).

# Curso sobre o golpe disseca mídia e hegemonia

Na sexta-feira, dia 20/4, no auditório da APRO-PUC, aconteceu mais uma aula do curso O golpe de 2016. A aula que foi lecionada pelo Professor Luiz Antonio Dias do departamento de história da PUC-SP, fez uma análise sobre golpes e narrativas no meio de comunicação em 1964 e 2016.

Análises de capas, manchetes e cadernos de 1964 foram comparadas com processo contemporâneo de 2016 e 2018.

"São os mesmos grupos que estavam a frente desses jornais, com os mesmos princípios, em 64 e que continuam agora. Não é dizer que a história está se repetindo, ela não se repete, são outras informações", comentou o professor. Os empresários da comunicação agem por interesses próprios.

Textos nunca são neutros, jornais sempre escrevem de maneira influenciável. "A Folha de S.Paulo é o jornal mais escorregadio que existe. Ela sempre quer apresentar os dois lados



STHEFANE MATTOS

A esquerda o professor Luiz Antonio Dias fala sobre as narrativas da mídia; à direita Pedro Fassoni analisa as reformas do governo Temer

para parecer que é neutro, mas você percebe a forma que ela mostra a neutralidade é falsa "

A imprensa chega pausada, principalmente em 64, onde na época da ditadura foi exaltado o crescimento do PIB, que foi concentrado numa minoria, enquanto a maioria não teve um desenvolvimento econômico. "A imprensa sempre vai defender nas suas páginas seu projeto político".

## REFORMAS DO GOVERNO TEMER

Na quarta feira, 25/04, no auditório da APRO-PUC, aconteceu a terceira aula do curso livre Golpe 2016. Com o tema "A Agen-

da Regressiva: Reformas do Governo Temer", a aula foi apresentada pelo professor Pedro Fassoni Arruda que se deteve sobre as novas leis trabalhistas e as relações de classes no Brasil.

"A contrarreforma trabalhista significa uma luta feroz pelo orçamento público. O dinheiro vai pra algum lugar e não é o bolso dos trabalhadores, vai para as dívidas públicas". Afirmou o professor. Muitas mentiras são contadas, com o su-

porte da grande mídia, pelo governo como a previdência e a seguridade social do país. "Tem estudos de economistas que provam que a seguridade social do Brasil é superavitária cerca de 20 bilhões de vidas... Não tem déficit na previdência do Brasil."

Outro fator destacado foi a luta popular, principalmente a minoria, que agiu por algo que seria só da classe do trabalhadora como na década de 80.

Próxima aula do Curso  
O GOLPE E AS RELAÇÕES DE CLASSE  
PROFESSOR LUCIO FLÁVIO DE ALMEIDA  
04/5 - 19H - SEDE DA APROPUC

## Comissão divulga edital para eleição da APOPUC

A Comissão Eleitoral que elabora o processo sucessório da APROPUC elaborou o edital com as datas e os locais para a realização do pleito de renovação da entidade.

As inscrições de chapa devem ser feitas entre os dias 14 e 15/5, na sede da APRO-PUC, Rua Bartira, 407, entre 9h30 e 18hs. As eleições ocorrerão entre os dias 11 e 13/6 em todos os campi.

Somente os professores associados até 19 de março de 2018 e quites

com a tesouraria da entidade terão direito a votar

A APROPUC disponibilizará às chapas igual espaço no PUCviva, no site da entidade, bem como divulgará duas mensagens dos candidatos aos professores associados, conforme as normas de espaço e período de entrega constantes no edital.

A apuração ocorrerá no dia 14/6 e a posse da nova diretoria em 15/6. A íntegra do edital está em [www.apropucsp.br](http://www.apropucsp.br)

### CALENDÁRIO ELEITORAL DA APROPUC

Inscrição de chapas	14 e 15/5
<b>Entrega de material para divulgação</b>	
Texto para o PUCviva	15/5 até as 18h
Texto para o site	15/5 até as 18h
Mensagem para Internet	17 e 24/5 até 12h
Votação	11 a 13/6
Apuração	14/6
Posse nova diretoria	15/6

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Manifestações em todo o país marcam o 1º de maio de luta

Várias manifestações acontecem por todo o país para celebrar o 1º de maio. A maior delas ocorre em Curitiba, onde seis centrais sindicais se unem para um grande ato. As centrais programaram uma manifestação de solidariedade, de denúncia internacional - várias entidades serão convidadas - contra a prisão arbitrária de Lula.

Em São Paulo foram programadas duas manifestações, uma na Praça da República, organizada pelas mesmas centrais que organizam o ato em Curitiba e outra na Praça da Sé, local tradicional das manifestações independentes de primeiro de maio.

Várias organizações que integram a manifestação da Praça da Sé defendem um caráter unitário das mobilizações, para isso pretendem-se que as duas manifestações se juntem no centro de São Paulo.

Além da solidariedade à prisão de Lula os trabalhadores devem transformar a data em um grande protesto contra a reforma Trabalhista e o projeto de Reforma da Previdência e contra o governo golpista de Michel Temer.

### DATA HISTÓRICA

O primeiro de maio tem suas raízes históricas

na greve geral que aconteceu em 1º de maio de 1886, em Chicago, o principal centro industrial dos Estados Unidos naquela época. Em 1889 um Congresso da Internacional Socialista realizado em Paris estabeleceu a data como o marco para as comemorações do Dia do Trabalho.

Em 1886, Chicago foi palco de uma intensa greve operária. À época, Chicago não era apenas o centro da máfia e do crime organizado era também o centro do anarquismo na América do Norte, com importantes jornais operários.

A greve deflagrada no

dia 1º envolveu grande parte de trabalhadores e desempregados da cidade que saíram em passeata no dia 3 e foram duramente reprimidos pela polícia que atirou contra a manifestação matando seis manifestantes, ferindo 50 e prendendo centenas de trabalhadores. A justiça americana abriu processo contra diversos trabalhadores e quatro deles foram condenados à morte e executados na prisão.

Anualmente o dia primeiro de maio é celebrado em todo o mundo como uma data referencial para a luta dos trabalhadores.

## Mesmo com repressão movimento dos professores de MG cresce

Depois da violenta repressão desencadeada contra as professoras de Belo Horizonte na segunda-feira, 23/4, uma nova assembleia realizada na quarta-feira 25/4, reafirmou a continuidade do movimento e o repúdio dos professores de educação infantil à truculência da PM. Na segunda-feira os professores da educação infantil foram atacados com jatos d'água e bombas de gás lacrimogêneo

As professoras de educação infantil de Minas Gerais de MG reivindicam um salário equivalente ao que os profissionais do ensino fundamental recebem. Hoje, trabalhadores da educação infantil ganham apenas 65% da remuneração, mesmo com formação acadêmica igual. Durante a assembleia dezenas de professoras falaram no carro de som com falas e cantos espontâneos, mostrando a força do movimento

pela equiparação salarial. Durante o ato, foi denunciada a repressão da PM e a responsabilidade do governo de Fernando Pimentel (PT) pela brutal repressão às educadoras. E o repúdio ao prefeito de BH, Alexandre Kalil (PHS), por seu apoio à tamanha violência contra a educação e de seu reiterado desrespeito às professoras. Dezenas de organizações políticas de esquerda, parlamentares, entidades estudantis e sindicais estiveram presentes.

### REDE PARTICULAR

O movimento dos professores de MG alastrou-se também para a rede particular de ensino. O Sinpro-MG decidiu na quarta-feira, 25/5, pela greve da categoria dos docentes estaduais diante da impossibilidade da negociação entre a categoria e o sindicato patronal. O movimento dos professores das particulares tem

por motivo a decisão dos patrões de mexer no acordo interno da categoria impondo perdas substanciais à atividade docente.

O movimento foi engrossado com a adesão de uma das maiores universidades particulares de Minas Gerais: o Centro Universitário UNA.

O movimento conta com amplo apoio dos estudantes de Minas Gerais que através de seus diretórios estudantis têm divulgado notas de apoio aos professores e professoras paralisados.

A APROPUC e a AFAPUC se solidarizam com o movimento dos docentes mineiros e repudia veementemente a repressão dos governos estadual e municipal. As reivindicações docentes mostram como a reforma trabalhista tem se mostrado danosa à classe trabalhadora e impõe aos docentes a urgente tarefa de lutar contra sua implantação.

## Livro discute o Golpe de 2016 e a prisão de Lula

Em cima dos fatos o livro *Do Golpe de Estado à Ditadura Civil - Decomposição da Democracia Oligárquica no Brasil* analisa de forma crítica os desdobramentos de nossa história recente, chegando até à recentíssima prisão de Luiz Inácio Lula da Silva.

O livro, publicado pelo Partido Operário Revolucionário, relata a experiência da luta de classes, que se desenvolveu sob o impacto da crise econômica. O golpe de Estado e a consequente derrubada do governo petista estabeleceram um novo marco no processo da crise política. Todas as forças sociais e as posições partidárias tiveram de caracterizar o novo governo. Os autores entendem que Temer e o Congresso encarnam uma ditadura civil.

O lançamento ocorreu no dia 29/4 e o livro pode ser encontrado no site [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org).

# ROLA NA RAMPA

## Debate analisa práticas repressivas do Estado

Na noite de segunda-feira, dia 23/04, no auditório 117-A, ocorreu o debate "Extermínio, higienização e ilegalismo", promovido pelo departamento de Ciências Sociais. A mesa teve a presença do Padre Julio Lancellotti, Rosalina Santa Cruz, Salete Oliveira, Acácio Augusto e Edson Passetti.

O debate girou em torno destas três palavras: Extermínio, higienização e ilegalismo que são práticas repressivas e de ajuste de governos autoritários. Essas práticas expressam controles de condutas.

A caminhada para o aumento das penalizações cresce, onde o objetivo é atingir o ideal neoliberal para que se tenha uma punição maior.

"Um punir mais e melhor que ultrapasse o mundo do crime para governar o mundo dos adversários, tomados como inimigos, que é expandido a todo aqueles que desafiam os intocáveis defensores



STHEFANE MATTOS

Da esquerda para a direita: Edson Passetti, Rosalina Santa Cruz, salete Oliveira, Pdre Julio Lancellotti e Acácio Augusto

do direito". Disse Edson Passetti.

Em nome da moral, o estado, de maneira irracional, passou a utilizar a força para produzir o extermínio daqueles que, segundo eles, não fazem parte do padrão patriarcal de nossa sociedade.

A higienização não é mais um problema social. Falta de higiene nos lugares de habitação das classes populares, com muitas doenças e mortes naturais prematuras, crescimento

da população de rua, programas sociais de inclusão desviantes, escolarização forçada, gestão da prostituição e crescimento de bandos executores, são comuns na forma de gerenciar o capital humano. É assim que permanece a forma de governar populações nos espaços degradados das cidades

O debate teve prosseguimento com análises de episódios como a Cracolândia.

## Continuam as negociações dos professores do ensino superior

Ainda continuam indefinidas as negociações salariais e de cláusulas sociais dos professores do ensino superior e da educação básica. As discussões têm esbarrado na intolerância dos patrões de ensino, principalmente na educação básica, que procuram se utilizar das perversidades instituídas pela reforma trabalhista. Uma das propostas que os sindicatos dos professores ouviram da comissão patronal encarregada das negociações foi a troca dos planos de saúde

por vales alimentação. A oferta foi rechaçada de imediato. Ela já tinha sido aventada no dia 16 e foi reafirmada na rodada da última segunda-feira, 23/04. Depois de a possibilidade de troca ter sido totalmente descartada, os presentes voltaram a discutir os limites de mudanças nos planos de saúde. Os sindicatos e a Fesp aceitam discutir a coparticipação, mas não abrem mão de algumas questões: a) universalização do benefício para todos, independentemente da carga horária; b)

direito de opção pela permanência no plano em caso de demissão sem justa causa ou aposentadoria; c) regras de transição transparentes com a preservação de direitos dos professores. A negociação salarial também tem avançado lentamente. Os professores do ensino superior reivindicam a cesta de índices inflacionários mais 3% de aumento real divididos em duas vezes, além da Participação nos lucros e resultados, PLR próxima rodada de negociação será no dia 07/05.

## Curso sobre realidade e mídia tem nova aula

O curso livre Mídia e Realidade Brasileira, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra com o apoio da APROPUC, tem sequência no sábado, 5/5, com a palestra Formação cultural e étnica do Povo Brasileiro, com a participação de Bernadete de Castro e Ricardo Gebrim. O curso irá se estender por todo o dia com início na sala 333, às 9h.

## Palestra analisa os impactos da indústria

Acontece na segunda-feira, 7/5 a palestra "Os impactos da Indústria 4.0 e o Desenvolvimento Brasileiro". O evento terá a participação do professor Antonio Corrêa de Lacerda - Coordenador da Mesa, professora Anita Kon e professor Sérgio Luiz Pereira. Na ocasião, serão lançados os livros dos autores Antonio Corrêa de Lacerda e Sérgio Luiz Pereira e outros. O evento acontece 19h30 no auditório 100-A e é promovido pela FEA, Departamento de Economia, Pós em Economia Política, DEPE e EITT.

## Projeto prevê isenção de IR para docentes

Um projeto de autoria do Senador Sergio Petecão do PSD concede a isenção do IR para os docentes de todos os níveis como forma de incentivar a formação de novos quadros docentes. A concordância com o projeto pode ser manifestada em [www12.senado.leg.br/cidadania/visualizacao\\_materia?id=109603](http://www12.senado.leg.br/cidadania/visualizacao_materia?id=109603).